

**Parecer:**

*Chefe da Divisão Administrativa e Financeira*

Concordo com a proposta apresentada.

**Despacho:**

*Primeiro Secretário Executivo da CIM Cávado*

Concordo. Considerando a matéria urgente e os agendamentos das Reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, remeta-se ao Presidente do Conselho Intermunicipal, nos termos do Art. 6º do Regimento, para aprovação e posterior ratificação no CI de 19.04.2022.

*Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado*

Concordo. Remeta-se para aprovação e posterior ratificação no CI de 19.04.2022.

**Deliberação:**

Aprovado no Conselho Intermunicipal da CIM Cávado de 19.04.2022

---

**INFORMAÇÃO – INF\_001\_01-04-2022**

**ASSUNTO: Aprovação de retificação ao valor total do financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Cávado das suas competências enquanto Autoridade Intermunicipal de Transportes**

CONSIDERANDO QUE:

- Em 30 de julho de 2021, o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar o valor do financiamento municipal para o exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO das suas competências enquanto Autoridade de Transportes, que engloba os recursos financeiros relativos às competências delegadas na COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO pelos Municípios de Amares, Esposende,

Terras de Bouro e Vila Verde, e o financiamento necessário para fazer face às despesas da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO no exercício das suas competências próprias enquanto Autoridade de Transportes;

- Com efeito, tal como então mencionado nos Considerandos da Informação – 2021.07.20, da Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado, que se dão aqui por reproduzidos:
- “J) A capacitação financeira da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO para o exercício das competências delegadas afigura-se, por um lado, imprescindível para a boa execução dos Contratos de Serviço Público a celebrar com operadores privados e, por outro lado, juridicamente indispensável por força dos artigos 115.º e 122.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo ser concretizada através da celebração de um contrato interadministrativo – configurado, neste caso concreto, como complementar aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências que preveja os recursos financeiros necessários e suficientes ao exercício pela entidade intermunicipal das competências nela delegadas pelos municípios;
- K) Por outro lado, os municípios que integram a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DO CÁVADO têm ainda a obrigação de contribuir para as despesas desta que não sejam suportadas em outras fontes de financiamento, sendo competência do Conselho Intermunicipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea r) do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Cávado, «deliberar sobre a forma de imputação material aos municípios integrantes da comunidade intermunicipal das despesas não cobertas por receitas próprias»;
- L) Deve, assim, ser suportado pelos Municípios (incluindo os municípios de Barcelos e Braga, que não delegaram competências na COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO), enquanto associados da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, o financiamento necessário para o exercício das competências próprias desta enquanto autoridade de transportes respeitantes às linhas intermunicipais e inter-regionais;
- M) O financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Cávado das suas competências enquanto autoridade de transportes deve, assim, ser suportado pelos Municípios (i) ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências na parte

correspondente a 27,6% desse financiamento e (ii) enquanto municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal do Cávado, nos termos deliberados pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado, na parte correspondente a 72,4% (...);

- O) Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), constituem recursos financeiros das entidades intermunicipais o produto das contribuições e transferências dos municípios que a integram, incluindo as decorrentes da delegação de competências, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 42.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Cávado, são receitas da comunidade intermunicipal o produto das contribuições dos municípios associados e as transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes;”
- Neste contexto, o Conselho Intermunicipal aprovou, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a celebração de um aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados em 12 de julho de 2016 entre a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO e os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO das competências nela delegadas pelos referidos municípios, nos termos da minuta de Aditamento aprovada pela mencionada deliberação do Conselho Intermunicipal;
- Na mesma data, e pela mesma deliberação, o Conselho Intermunicipal aprovou, com fundamentos constantes da mesma deliberação, ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a imputação material aos municípios associados da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO do financiamento necessário das despesas da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, no exercício das suas competências próprias enquanto Autoridade de Transportes, fixando em anexo à referida deliberação, os valores anuais a transferir para a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, por todos os municípios associados;
- Por deliberação de dia 11 de novembro de 2021, e com os fundamentos constantes da “Informação – 2021.11.11” da Unidade de Mobilidade e Transporte, anexa à mesma deliberação, o Conselho Intermunicipal aprovou uma nova minuta de Aditamento aos Contratos Interadministrativos de

Delegação de Competências, em substituição da minuta já aprovada nos termos do considerando anterior;

- Em 25 de janeiro de 2022, foi celebrado o Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO e os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, de acordo com a minuta aprovada pelo Conselho Intermunicipal da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, em 11 de novembro de 2021 (doravante “Aditamento aos Contratos Interadministrativos”);
- Nos termos da Cláusula 4.ª do Aditamento aos Contratos Interadministrativos, os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde obrigam-se a dotar a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO de recursos financeiros no montante máximo total anual de 182.407,61 € (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e sete euros e sessenta e um cêntimos), para o Lote 1, e de 354.152,55 € (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos), para o Lote 2, repartidos pelos referidos Municípios de acordo com as percentagens indicadas na mesma Cláusula;
- Constatou-se, entretanto, que o valor do financiamento municipal para o exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO das suas competências enquanto Autoridade de Transportes, aprovado por deliberação do Conselho Intermunicipal de 30 de julho de 2021, é insuficiente para fazer face ao exercício das referidas competências;
- Com efeito, de acordo com os cálculos efetuados, e conforme evidenciado na Informação anexa, que figura como Anexo I à presente proposta, os recursos financeiros considerados necessários para o exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO das competências enquanto Autoridade de Transportes ascendem a 3.785.712,65 €, pelo que se torna necessário retificar:
  - O valor indicado na Cláusula 4.ª do Aditamento aos Contratos Administrativos, como total anual dos recursos financeiros considerados necessários para o exercício das competências delegadas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências; e
  - O valor fixado por deliberação do Conselho Intermunicipal, de 30 de julho de 2021, quanto à imputação material aos municípios associados da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas

competências próprias enquanto autoridade de transportes, revogando parcialmente, no aplicável, esta deliberação;

- Nos termos das alíneas l) e r) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, é competência do Conselho Intermunicipal, respetivamente, «Aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e com os municípios, bem como a respetiva resolução e revogação» e «Deliberar sobre a forma de imputação material aos municípios integrantes da comunidade intermunicipal das despesas não cobertas por receitas próprias»;
- Nos termos do n.º 2 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, são competentes para a revogação dos atos administrativos os seus autores, no caso, o Conselho Intermunicipal, sendo que o ato de revogação deve revestir a forma legalmente prescrita para o ato revogado, conforme o n.º 1 do artigo 170.º do mesmo Código;

Neste sentido, tenho a honra de propor, nos termos da alínea w) do n.º 1 do artigo 96.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e da alínea w) do n.º 1 do artigo 30.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Cávado que o Conselho Intermunicipal do Cávado delibere:

- Aprovar, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a retificação do valor total anual dos recursos financeiros considerados necessários para o exercício das competências delegadas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, e consequente alteração, por mútuo acordo, do Aditamento ao Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrado em 25 de janeiro de 2022, entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, nos termos da minuta de Adenda que figura como Anexo II à presente proposta;

- Aprovar, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a retificação à imputação material aos municípios associados da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes, fixada por deliberação do Conselho Intermunicipal de 30 de julho de 2021, pelo que os valores da transferência anual, para a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, por parte dos municípios associados, passam a ser os definidos no Anexo III à presente Proposta.
- Em consequência do ponto anterior, revogar parcialmente, nos termos do n.º 2 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, a deliberação do Conselho Intermunicipal de 30 de julho de 2021, na parte em que aprova a imputação material aos municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Cávado do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes, nos anos 2022 a 2027, que se considera substituída pela deliberação tomada ao abrigo do ponto anterior.

Anexos:

I – Informação ao Conselho Intermunicipal da CIM do Cávado

II – Minuta de Adenda ao Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrado em 25 de janeiro de 2022, entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

III – Imputação material aos Municípios - Valores da transferência anual para a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO por parte dos municípios associados.

À consideração superior,